

## DA COMODIDADE À COMUNIDADE EM CALAMIDADE: ATENDIMENTO ÀS PESSOAS DESA/(O)BRIGADAS PELO RIO ACRE

Mychael Douglas Souza de Almeida<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo buscou compreender e apresentar as vivências profissionais com as *peessoas* em situação de abrigo público diante da enchente do rio Acre na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, em 2015. Trata-se de um relato de experiência que, após sua ‘gestação e parto’, objetiva apresentar as impressões profissionais captadas a partir da relação profissional-família. Para tanto, esta publicação tece algumas considerações acerca da bacia hidrográfica do rio Acre, a organização da cidade de Rio Branco em seu derredor, além da dificuldade vivenciada nas enchentes que nela ocorre, bem como a política pública de Assistência Social às famílias que vivem às margens do rio. Ademais, expõe-se sobre as experiências com as famílias a partir da relação de ajuda em suas nuances, tendo como balizador para a prática pessoal-profissional a Abordagem Centrada na Pessoa e sua disposição atitudinal-afetiva que favorece à efetividade das relações humanas e, inquietações e críticas sob o prisma da Psicologia na Comunidade como meio de aproximação às famílias. Por fim, evidencia-se a angústia como sensação mais intensa vivida diante do cenário de desastre e dor; angústia esta que move o autor ao desconforto e à busca de posicionamentos profissionais neste aspecto situacional, os quais serão descritos neste relato, contendo elos contextuais entre nordestinos e acrianos.

**Palavras-chave:** enchente; angústia acalentadora; abordagem centrada na pessoa; assistência familiar; política pública de assistência social.

### ABSTRACT

This article sought to understand and present the professional experiences with the *people* in situation of public shelter in front of the flood of the river Acre in town of Rio Branco, in 2015. This is an experience report that, after his 'pregnancy and childbirth', aims to introduce professional impressions taken from the professional family relationship. Therefore, this publication weaves some considerations about the Acre River basin, the organization of the city of Rio Branco in your neighbourhood, beside the difficulty experienced in the flooding that occurs, as well as the public politic of Social Assistance to families living on the banks of the river. Furthermore, exposes about the experience with the families from the helping relationship in its nuances, having as reference to the personal-professional practice the person centred Approach and its disposal atitudinal-affective that favors the effectiveness of human relations and concerns and criticism under the prism of psychology at the community as a means of approach to families. Finally, highlights the

anguish as feeling more intense lived before the disaster and pain scenario; anguish that moves the author to the discomfort and the pursuit of professional placements in this situational aspect, which will be described in this report, containing contextual links between northeastern and acrianos.

**Keywords:** flood; soothing distress; person-centered approach; familiar assistance experience; public politics of social assistance.

## 1. INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Todos os anos, o município de Rio Branco é atingido pela cheia do rio Acre – alternando em sua proporção –, cheia esta que elicia grandes prejuízos socioeconômicos e ambientais às pessoas atingidas, em sua maioria de baixo poder aquisitivo.

Em todas as enchentes os governos Federal, Estadual e Municipal se empenham para auxiliar as pessoas atingidas pela cheia do rio Acre, disponibilizando transporte para as famílias e seus pertencentes, bem como abrigo público durante o período do desastre. Nos diversos abrigos disponibilizados pelo Estado são oferecidos serviços de saúde, segurança pública e assistência social através de seus respectivos servidores, além de pessoas voluntárias dispostas a ajudar.

Dentre as secretarias envolvidas no apoio às famílias atingidas pelo cenário de desastre, situação de emergência e estado de calamidade pública eliciado pela cheia das águas do rio Acre, uma das mais envolvidas é a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS) de Rio Branco, atuando na busca de uma melhor acolhida e estada possíveis, a partir da garantia dos direitos ao abrigo, alimentação, ao vestuário e ao lazer.

No período da enchente<sup>2</sup> são disponibilizados diversos espaços públicos em Rio Branco para abrigarem as famílias atingidas por este desastre situacional. Em um desses abrigos, o autor, como psicólogo, atuou no acolhimento e acompanhamento às famílias no principal abrigo da cidade adaptado no Parque de Exposições Marechal Castelo Branco.

A experiência aqui contada foi produzida a partir de relatos de pessoas abrigadas atendidas no Parque de Exposições, captados no período de 24 de fevereiro a 24 de março de 2015, que objetivam contribuir para uma atitude mais humana possível e experiências vivenciadas por profissional de psicologia orientado pela filosofia de vida aliada à

Abordagem Centrada na Pessoa, utilizando-se da compreensão fenomenológica e seu método de redução fenomênica, a fim de buscar atravessar a superficialidade do aparente e, em profundidade, captar o sentido do que é sentido pela pessoa - neste caso em situação de abrigo público.

Ao longo do relato de experiências, o autor expõe que a mais intensa sensação vivida diante de um cenário de dor e desastre, fora a angústia; angústia esta que, sendo o seu motor, o movia em direção às inquietações e busca de posicionamentos profissionais, os quais serão descritos neste trabalho.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA**

### **2.1 A bacia hidrográfica do Rio Acre, organização da cidade de Rio Branco em suas margens e as enchentes**

De acordo com Duarte (2007, p. 06), “a rede fluvial de drenagem da microbacia do rio Acre está formada pelo rio Acre e seus principais afluentes: rio Xapuri e Riozinho do Rola; e outros afluentes menores, igarapés, córregos e cursos de escoamento, inclusive de esgotos urbanos”.

Segundo Sorrentino e Santos (2001, p. 27), “a ocupação das terras do Acre ocorreu primeiramente pelos rios, em cujas margens se encontra a maioria das sedes municipais do Estado”. Em continuidade, o Ministério Público do Estado do Acre (2009, p. 41), através da elaboração do documento sobre a caracterização socioambiental das bacias hidrográficas do Estado do Acre, expõe que os rios do Acre apresentam imensa importância socioeconômica, tendo em vista que em alguns casos são a única via de acesso aos municípios. Ao longo de suas margens, “estabeleceram-se os chamados ribeirinhos, constituindo comunidades organizadas a partir de unidades produtivas familiares que se utilizam dos rios como principal meio de transporte” (Santos & Sorrentino, 2001, p. 27).

Adiante, Duarte (2007) afirma que as principais cidades instaladas à beira do rio Acre são: Cobija (Bolívia), Brasiléia (Acre), Xapuri (Acre), Rio Branco (Acre), Porto Acre (Acre) e Boca do Acre (Amazonas), o que expõe a vulnerabilidade destas cidades às constantes enchentes que, em 2015 foram atingidas de modo violento. O período de águas altas prolonga-se de janeiro a maio, aproximadamente, e o de águas baixas de junho a dezembro. Diante disso, “o impacto das enchentes, secas e doenças relacionadas com a

alternância sazonal desses eventos, tem várias dimensões, associadas com a vulnerabilidade social das famílias que moram em bairros pobres de Rio Branco” (Duarte, 2011, p. 180). Por conseguinte,

Nas bacias hidrográficas do Acre as condições de extravasamento das águas fluviais é resultado de processos naturais, que são potencializados pela forma de ocupação e utilização irregular do espaço. Contribuem para esse processo os assentamentos irregulares nas áreas de mananciais, a destinação inadequada dos resíduos sólidos, a retirada da vegetação ciliar, o manejo inadequado do solo, desmatamento, entre outros aspectos, que trazem como consequência prejuízos irreparáveis nas esferas ambiental, social e econômica, afetando direta ou indiretamente os setores privados, a administração pública e sociedade civil (MPE, 2009, p. 358).

Diante desta problemática, salienta-se que,

Na maioria das vezes não é um sistema de alerta de enchente o que seria necessário, mas uma reconsideração da infraestrutura urbana para eliminar a ocupação de áreas de risco iminente e outras de risco eventual como as planícies de inundação, lugares naturais de alagação durante as cheias (Duarte, 2011, p. 168).

Para tanto, Rio Branco (MPE, 2009) afirma que a situação da cidade de Rio Branco é particularmente preocupante, por estar parcialmente situada em uma área topograficamente rebaixada, sensível a inundações e alagações, bem como a significativa redução da vazão do rio Acre, maior responsável pelo abastecimento público da cidade.

O Estado do Acre experimentou alterações climáticas extremas em 2005, influenciadas pelas condições da severa seca prolongada naquele ano. Consequentemente, parte das queimadas causadas por fogos propósitos fugiu do controle e tornaram-se incêndios que destruíram ou danificaram dezenas de milhares de hectares de florestas e pastagens, além de cultivos agrícolas e infra-estrutura rural (MPE, 2009); a terra, antes florida, agora se torna ferida. Em contraste à severa seca de 2005, após 10 anos, Rio Branco, em 2015, vivencia a grande enchente atingindo a medição histórica de 18m40cm<sup>3</sup>, confirmando a observação que o Ministério da Integração Nacional (2015) faz, quando afirma que a Região Norte do Brasil apresenta desastres caracterizados por incêndios e inundações.

Frente a essa variabilidade climática, propõe-se como possível solução a reestruturação urbana, evitando os sofrimentos associados ao desalojamento, doenças e perdas de vidas humanas decorrentes, como por exemplo, de desbarrancamentos e afogamentos e, por conseguinte, oferecendo um serviço ambiental ligado à beleza planejada da paisagem, incentivo da contemplação da natureza em parques que outrora foram bairros alagadiços, expansão do lazer, em geral, e dos esportes aquáticos (Duarte, 2011).

## 2.2. Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

O termo *assistência*, provindo do latim *assistentia*, significa ajuda, socorro (Ferreira, 2001); assim assistência significaria inclinar-se sobre alguém que pede por auxílio. Assistir seria disponibilizar-se, de modo participativo e não ‘espectativo’, enquanto instrumento de facilitação da livre expressão daquele que precisa de compreensão<sup>4</sup> e cuidado. Acontece que, erroneamente alguns profissionais acabam por empregar uma atitude assistencialista, assumindo a figura de *salvador* que pensa que sabe o que é melhor para a pessoa usuária (atitude de compreensão egocêntrica) que faz de tudo para aliviar a miséria corpóreo-existencial. Porém, o importante é compreender a demanda das pessoas usuárias – seja espontânea<sup>5</sup>, por busca ativa ou encaminhamentos – construída através de diálogo (Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2008).

O marco da Política de Assistência Social se dá pela Constituição Federal de 1988, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública<sup>6</sup> à assistência social em seus artigos 203 e 204 (Brasil, 2008). Após a Constituição, em 1993, ocorre a publicação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que regulamenta esse aspecto da constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, sendo um direito que exige definição de leis, normas e critérios objetivos, sendo coordenada inicialmente pelo Ministério do Bem-Estar Social, posteriormente substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (Lei nº 8.747, 1993). Em 2004, o MDS elabora, aprova e publica a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com a intenção de implantar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de definições, princípios e diretrizes que nortearão sua implementação (MDS, 2004).

A PNAS propõe a sua intervenção a partir de duas estruturas articuladas entre si: a Proteção Social Básica (PSB), que dá conta da atenção básica e, a Proteção Social Especial (PSE), considerando a necessidade de ações de média e alta complexidades. A PSB tem como objetivos:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de

pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (MDS, 2004, p.27).

Pessoas com casos notadamente mais complexos, que implicam violação de direitos são encaminhados aos serviços e programas da PSE (CFP, 2008). Adiante, a PSE

... É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (MDS, 2004, p. 31).

Assim, a atuação da Assistência Social atua estrutural e funcionalmente da seguinte maneira: PSB - quando há situação de vulnerabilidade<sup>7</sup>; PSE de média complexidade - quando os direitos estão violados, mas com vínculos familiares e comunitários preservados; PSE de alta complexidade - quando os direitos estão violados e os vínculos estão rompidos ou comprometidos seriamente. Deste modo, atuam em caráter *proativo, preventivo, protetivo e reabilitativo*.

Em 2005, a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS, 2005) apresenta o processo de consolidação da PNAS e do SUAS (MDS, 2005). Em 2007, é publicada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) que referencia a composição de *servidores efetivos* para atuar nos diferentes equipamentos do SUAS (MDS, 2007).

A partir de sua existência, o objetivo principal da PNAS concentra-se em buscar garantir que as famílias<sup>8</sup> cumpram com a função protetiva de seus membros, levando em conta suas capacidades de cuidado e acesso às políticas públicas. Ademais, a PNAS não resume em simplesmente tirar o homem da pobreza. Mais que isso, seu objetivo é compreender como os aspectos sociais influenciam o sofrimento psíquico em um nível sócio-psicológico e ajudar o homem a retirar de si a pobreza espiritual (de conhecimento, valores, conceitos, relacionamento interpessoal). Após 10 anos de sua implantação (2005-2015), o processo de consolidação da PNAS ainda continua em passos lentos havendo uma precarização das condições de trabalho que se sustenta em processo de alienação, restrição de autonomia técnica e aumento de tarefas, além de predominância de trabalhos terceirizados e temporários, denotando a presença de insegurança no emprego, baixos salários, falta de expectativa de progressão na carreira, intensificação do trabalho com pressão pelo aumento de produtividade e de resultados imediatos e, ausência de política de qualificação que, em síntese, revelam a contradição de uma política que possui na sua diretriz a busca de garantia

de direitos sociais de seus usuários, mas que ao mesmo tempo essa mesma política não garante os direitos de seus trabalhadores (informação verbal)<sup>9</sup>, sendo violados em seus direitos. Para tanto, há predominância de trabalhos terceirizados e temporários, eliciando alta rotatividade dos servidores, não garantindo a continuidade e manutenção da PNAS, mas sim a manutenção de uma estrutura político-partidária a fim de que o emprego seja garantido. Em seguimento a este cenário de violação de direitos dos trabalhadores do SUAS, frisa-se que,

Para municípios (ou DF) que estão estabelecendo vínculos de trabalhos precários, como contratos particulares, terceirização, pregão, dentre outros, recomenda-se a adequação da contratação dos profissionais da equipe de referência . . . ao disposto na NOB/RH (MDS, 2009, p. 61).

Ou seja, recomenda-se que o direito ao trabalho digno e seguro seja apenas aconselhado a ser seguido, lembrado e não exigido. Deste modo, os trabalhadores estão à mercê do seguimento ou não de uma recomendação – quanta fragilidade e insegurança do trabalhador! Em seguimento a essa problemática, MDS (2012a) afirma que as ações da PNAS têm como finalidade contribuir para “cuidar de quem cuida”, porém, como palavras ao vento em decorrência de sua incongruência com a realidade, questiona-se: como cuidar bem das *peessoas/famílias* usuárias do SUAS se os seus trabalhadores não têm o mesmo tratamento? Lida-se com a vulnerabilidade e estão vulneráveis. Será que a atuação profissional será de boa qualidade, de maneira que efetive a consolidação da PNAS no cuidado às famílias vulneráveis? É preciso que se cuide dos profissionais que cuidam das *peessoas/famílias* usuárias que cuidam de si e de membros familiares que necessitam de cuidados.

### 3. AÇÕES DESENVOLVIDAS

#### 3.1 Angústia acalentadora: do ajudar-se a ajudar-te – a assistência psicológica

O autor, na sua busca por recordações, lembra que, ao receber a ordem de que deveria se dirigir ao abrigo público no Parque de Exposições Marechal Castelo Branco. A angústia, do latim *angustus* que significa aperto, sufocação, estreitamento (Calegari, 2015), se fez presente intensamente. Até àqueles dias não havia vivenciado tamanha angústia; angústia por não saber o que fazer; angústia por não saber o que o esperava; angústia por não saber o que poderia acontecer. Foi assim que percebeu de modo significativo que o

imprevisível e o inevitável são angustiantes, porém, intensamente vivificantes: a angústia o mobilizava para ir adiante e, ao prosseguir, percebia que crescia nesse movimento intenso diante de situações intensamente novas.

Em 24 de fevereiro, devido ao nível do rio Acre ultrapassar a quota de 15m50cm, a prefeitura de Rio Branco decreta situação de emergência - “situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido” (Decreto-Lei nº 7.257, 2010). Deste modo, o autor sabendo de sua ida ao abrigo público a fim de dar assistência às pessoas, logo busca pesquisar sobre o posicionamento do psicólogo diante de desastres, que será descrito no decorrer deste artigo. Ademais, nesta mesma época estava lendo o livro organizado pelo psicoterapeuta e escritor Angerami-Camon, intitulado “Angústia e Psicoterapia: uma visão multiteórica”, quando lembrou a experiência de Angerami-Camon (2014) que, ao adentrar na floresta acompanhado de seus fiéis cachorros, caminhando pelo desconhecido (em sons, imagens e sensações), re-conheceu sua angústia e moveu-se ao infinito. Assim, recordando esse trecho, o autor deste presente artigo, assim como Angerami-Camon, moveu-se ao infinito; infinito de possibilidades e probabilidades de vivências numa viagem (in)esperada. Vivências essas que, vividas ao longo dos dias no abrigo público, foram transferidas de sua percepção à ponta de sua caneta, registradas em um caderno de anotações que lhe era seu companheiro fiel naqueles dias.

### **3.2 Da angústia à labuta: inquietação e mobilização**

Sinta-se convidado a se manter estático do modo como está, sem mover um dedo sequer, apenas respire e leia! É provável que após alguns segundos se inquiete à estaticidade. Foi exatamente como o autor se sentiu diante do novo desafio. A angústia vivida provoca mobilização, atividade. Por outro lado, se executada de má-fé, ela paralisa. O autor se sentiu ferido por *agulhas psicológicas* que implicavam em causar-lhe estranheza e inquietação. Desta inquietação, veio a ação: ato de impulsioná-lo à sensação de existente em crescimento, em contato com seus sentimentos e com os sentimentos do outro (estranho), ampliando seu campo de percepção.



### 3.2.1 A acolhida

Segundo MDS (2012b), o acolhimento na PNAS ocorre no início do vínculo entre o serviço e a família e, por isso,

. . . Deve se expressar em algumas atitudes, tais como: o profissional se apresentando, chamando os usuários do Serviço pelo nome, prestando as informações requeridas, realizando os encaminhamentos necessários para as demandas explicitadas . . . , escutando e valorizando as informações repassadas e a participação das famílias na construção do planejamento do atendimento e acompanhamento familiar. Na acolhida, o profissional deve responsabilizar-se pela resposta às demandas e vulnerabilidades apresentadas pela família usuária, buscando, dessa forma, ampliar o caráter protetivo do trabalho realizado (MDS, 2012b, p. 18).

Seguindo o pensamento de Angerami-Camon (2014, p. 53), poder-se-ia dizer que o psicólogo, na acolhida, “(...) possui a arte de levar o paciente a harmonizar-se com a sua vida, com o intuito de fortalecê-lo para o enfrentamento das dificuldades surgidas”.

Na semana em que a cheia do rio Acre começou a atingir às famílias de modo intenso e repentino, o posto de trabalho do autor no Parque de Exposições foi assumido do seguinte modo: em plantão noturno, das 18h às 07h, ingressou no acolhimento às famílias que acabavam de chegar ao abrigo; chegavam a caminhões carregados de seus pertences e, junto com várias outras pessoas voluntárias (profissionais e não-profissionais) recebia cada família buscando manter o tom de voz compatível com o da conversa efetuada, fala fluídica, expressando-se na primeira pessoa, realizando contato ocular direto com postura ereta e gestos firmes, além de ser empático (Caballo, 1996, como citado por Cordeiro, Holanda, Sales, Vasconcelos & Yano, 2010). Na acolhida, preenchia-se uma ficha cadastral inicial contendo informações sobre o número de membros familiares e seus membros com alguma necessidade de cuidados especiais, número de animais domésticos e, por último, controle de itens pertencentes à família; preenchia-se a quantidade de bens materiais que ficariam em um local próprio e outros que acompanhariam a família até seu box – “residência” temporária. Os pertences de cada família eram direcionados para locais nominados inventários, onde eram identificados pelo nome do responsável familiar e bairro do qual pertencia. Após isso, o autor acompanhava a família até seu box, buscando o suprimento das necessidades básicas de alimentação e vestuário.

**Figura 01:** Abrigos públicos temporários para as Pessoas atingidas pela enchente, obrigadas a sair de suas casas.



**Fonte:** A Gazeta (2015).

Na semana seguinte, quando o rio Acre atinge a marca histórica de 18m40cm, em 01 de março, a prefeitura local decreta estado de calamidade pública – “situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido” (Decreto-Lei nº 7.257, 2010). Adiante, após a superlotação do abrigo, a atuação do autor direciona-se no acompanhamento às famílias abrigadas. Tantas famílias já conhecidas desde o acolhimento, como também novas famílias oriundas de procura espontânea ou encaminhamentos de outros profissionais e de outras instituições foram acompanhadas em seu processo de ajustamento à estranheza da nova “moradia”. Da acolhida ao acompanhamento, tudo o que o autor tentava fazer resumia-se em tratar as pessoas como estivesse tratando a si mesmo caso estivesse na mesma situação. Das mais de 1300 famílias abrigadas, o autor acolheu, atendeu e acompanhou aproximadamente 60 famílias (de 06 a 21 de março).

### *3.2.2 Da imposição à compreensão*

Durante a estadia no abrigo, os profissionais e pessoas voluntárias utilizavam coletes de identificação de sua respectiva secretaria (municipal ou estadual), porém o autor não foi adepto do colete da SEMCAS, pois, para ele, impunha superioridade ou diferença naquele momento de assolação. Sentia que qualquer modo de diferença praticado ou utilizado por quem acolhia e/ou acompanhava às famílias, poderia criar/eliciar distanciamento entre o profissional e a família. Talvez, imaginando ou tentando buscar sentir o que as famílias estavam sentindo naquele momento, o fez perceber que a horizontalidade o aproximaria delas, facilitaria a comunicação, possibilitaria abertura e maior liberdade de expressão, favorecendo na relação de ajuda. Entendia que, em um momento como este as famílias têm necessidade de proximidade, solidariedade e acolhimento, precisam de ser humano e, o colete seria uma barreira entre o ser humano profissional na sua relação com o outro – deste modo, parado ou em andanças pelo abrigo, sempre estava com um caderno de anotações em mãos e, assim, logo era solicitado em ajuda. Acreditou que a pessoa desabrigada tinha a necessidade de sentir-se igual, sentir-se sentido pelo outro, no seu momento de dor e, isso é o que talvez faça a diferença no atendimento às pessoas diante de situações de desastres. A maior necessidade era ser ouvido diante de sua monótona estranheza e repelimento pelo a(o)brigo. Porém, no exercício da escuta, o profissional não pode encobrir a passividade e o medo de cometer erros assumindo uma teoria ou abordagem psicológica, “tirando o corpo de fora”, pois parece fácil sentar-se em frente a outra pessoa, balançando a cabeça e dizendo “hummmm... hummmm”, e não arriscando a relacionar-se autenticamente de pessoa para pessoa (Bowen, 1987, como citado por Pinto, 2010). A escuta deve ser embasada nos princípios da liberdade e confiança, de modo que o profissional esteja envolvido, inteira e intensamente com a outra pessoa (Pinto, 2010), sabendo que muitos podem ouvir, mas poucos sabem o que fazer com o que recebem.

Por outro lado, se a necessidade era ser ouvido, expressões do tipo “já sei! A senhora quer um colchão!”, quando simplesmente a pessoa precisava ser ouvida, para a impressão do autor, parecia ser uma atitude nada solidária – a mesma pressa em ajudar indica pressa em julgar; havia um abismo entre um pedido de ajuda e o que essa ajuda simbolizava – nem sempre um pedido de ajuda implica em pedido de benefício material.

### 3.3. Canudenses conselheiristas e rio-branquenses desa(/o)brigados: um encontro de histórias

#### 3.3.1 *Vidas e vindas*

A grande enchente do rio Acre em 2015, fez o autor deste artigo recordar a grande seca que assolou o Nordeste em 1877 e, 20 anos depois, em 1897, a Guerra de Canudos<sup>10</sup> entre republicanos e seguidores de António Conselheiro (1830 – 1897). Ligados pelo horror do sofrimento, nordestinos<sup>11,12</sup> e acrianos compartilham a dor diante do “inevitável”: a guerra, as águas e as secas. Do Nordeste e, de modo especial, do Ceará, de 1872 à aproximadamente 1945, partem dezenas de milhares de nordestinos em direção à Amazônia e, principalmente ao Acre (Souza, 2005); partem em busca de enriquecimento no verde abundante, “águas inesgotáveis” e “fauna infinita”. De modo igual, entre 1893 e 1897, sertanejos partem em direção a Canudos; buscam o famoso oásis dos Sertões, almejando a fartura em águas e alimentos, liberdade, igualdade e salvação. Amazônia e Canudos tornam-se o refúgio de nordestinos oprimidos e ignorados. Ao chegarem aos seringais, nordestinos recém-libertos tornam-se novamente escravos: “Deus estava no céu, o governo federal estava longe e no seringal mandava o seringalista” (Souza, 2005, p. 66). Em Canudos, a liberdade e igualdade dos canudenses permaneceram durante 03 anos que, infelizmente foram perturbadas injustamente pela República em sua ordem, sitiadas, expugnadas e dizimadas em suas vidas pelo peso do martelo da injustiça e incompreensão.

Na Guerra de Canudos, nordestinos (índios, ex-escravos e roceiros sertanejos) atingidos pela incompreensão, foram alagados por rios de sangue com requinte de crueldade. O trecho da canção composta por Fábio Paes e Pe. Enoque Oliveira, interpretada por Jurema Paes na década de 1990, integrante da trilha sonora do documentário “Paixão e Guerra no Sertão de Canudos”<sup>13</sup>, intitulada “Salve Canudos”, apresenta uma descrição profunda sobre a agonia do Povo de Canudos que sofrera com a guerra:

Dentro do cocorobó ouviu-se um grito. Por almas inundadas Raquel chorou. Do horror da terra quente se escuta gritos de dor. Das batalhas e massacres milhões de mortos. Da espora da opressão à triste sorte, geme o povo dos sertões, solta gritos, gritos de dor. (Refrão) Salve, Salve Canudos. Roga a Deus, oh Maria! Benze o povo e eleva. Cristo é o seu guia . . . (Cardel, 2015, p. 42).

Em Rio Branco<sup>14</sup>, de modo semelhante, ouviram-se gritos; gritos de dor, de sofrimento. São gritos abafados pelo choro rasgado e inflamado pelo sofrimento de seres humanos atingidos pela força infinita das águas revoltosas do rio Acre. Mas alguém diz: “A culpa é de Deus! É castigo!”. Geralmente quando o homem não se responsabiliza por seus atos ele procura justificá-los culpando Deus ou outro ser. Ora, o rio segue seu curso como sempre seguiu; o homem é quem interviu em seu percurso: invadiu, *desmatou* as matas ciliares, as queimou, as destruiu. Em consequência vê-se uma tristeza sem fim com tantas pessoas sofrendo. “Que as águas voltem ao seu nível normal!”, era o pedido que mais se ouvia falar entre as pessoas a(o)brigadas e os profissionais que às atendiam.

Aspecto importante a ser pontuado é a religiosidade, traço forte presente entre sertanejos e rio-branquenses. Parece que, sob o aspecto empírico, quanto mais difícil uma situação, mais forte e apegado à religiosidade o povo é. A religiosidade como meio facilitador de acesso à espiritualidade demonstra-se presente na fala da senhora Guerreira<sup>15</sup>, 80 anos, nascida em Canindé (Ceará), que em 2015 sofrera fortemente com as perdas e dores durante a grande enchente, mas que ao navegar na canoa para retirar seus pertences e levá-los para terras firmes, conta, durante visita técnica domiciliar pós-enchente, realizada em 22 de maio, que entoava: “*Meu barco é pequeno. Tão grande é o mar. Senhor segura minha mão. Ele é o meu piloto e tudo vai bem na viagem de santo ancião*”.

### ***3.3.2 Guerra contra as secas, guerra contra as enchentes: cuidados paliativos de estanque***

De 1897 a 2015 (118 anos), em Canudos, após sua destruição e reconstruções, pouco se mudou. As novas construções surgiram, porém, as secas severas e a falta de oportunidades imbuídas à baixa perspectiva de crescimento continuam; alguns a-políticos utilizam da necessidade para realizar manobra política. Todavia, graças a projetos de extensão universitários Canudos tem sido mais fortalecida pelos benefícios da ciência. Em Rio Branco, de 1882 a 2015 (133 anos), muito já tem sido feito em relação aos programas habitacionais, porém, ainda há muito a se fazer: a capital acriana, como muitos de seus municípios firmaram-se às margens de seus rios. Aos poucos, intervenções de retirada de pessoas de áreas de risco mudam o cenário sendo necessária a recuperação dessas áreas desocupadas.

Canudos e Rio Branco anoiteceram e não amanheceram em suas principais guerras. O desafio é a extirpação da prática clientelista.

### 3.4. Dos rostos estranhos à rostos familiares: a despedida

No período em que as famílias estavam no abrigo, havia programação de atividades que objetivavam favorecer o ambiente a ser revestido de um clima mais harmonioso possível: atividades lúdicas, esportivas – como o futebol que as crianças improvisavam em um pequeno espaço ao lado da administração do abrigo –, cinema, cortes de cabelo, inscrições em programas habitacionais, celebrações ecumênicas, dentre outras. Em 24 de março, último dia em que o autor esteve no abrigo, a caminho do portão de saída encontra uma das pessoas que acompanhava, o senhor Autêntico, 63 anos, um dos casos de pessoas que mais lhe havia mobilizado naquele trabalho voluntário. Sentado à beira da calçada, ao ver o autor, eufórico o senhor Autêntico diz:

Se no Brasil o ano começa depois do Carnaval, no Acre o ano começa após a alagação . . . Aqui tem comida, banho, energia, dormida de graça, mas prefiro pagar *pra tá [sic]* no conforto e privacidade da minha casa. Hoje, já vou-me embora. Graças a Deus – eleva as mãos aos céus . . . Obrigado por ter me ajudado; pelo atendimento. Tudo de bom *pra [sic]* você! (comunicação verbal).

Dos rostos em outrora estranhos, agora tornados familiares se despede o autor. Ao refletir sobre os dias em que esteve envolvido com essas pessoas, percebe que toda demanda é urgente em seu urgir. Todo pedido de ajuda é de socorro. Todo clamor é um pedido de alívio para uma dor.

Parafraseando o acontecimento medonho em Canudos com a enchente do rio Acre em Rio Branco, expõe-se um trecho da canção do sertanejo “Aboio”, cantado por Reinaldo do Canché (forma cultural sertaneja de transmitir a intensidade de suas experiências contadas e vividas) propício à despedida: “*Vou-me embora dessas terras segunda-feira que vem. Quem não me conhece chora quanto mais quem me quer bem. (...) Quando chega a tardezinha que o capim pega no chá. Me lembro de pai e mãe. Dá vontade de chorar*”<sup>16</sup>.

Se depois de um vendaval *nem* sempre vem a bonança, naquele mesmo dia, algumas pessoas quando iniciavam retorno para suas casas perdiam objetos pessoais, seja por danificação devido ao transporte de carga ou extravio que porventura acontecia no abrigo. Caso presenciado foi o da senhora Desespero, quando retornava para o que restou de sua casa

e conversava com um dos coordenadores do abrigo: “*Minha filha! Eu nunca roubei nada. Por que me roubaram? – lágrimas rolando. Eu perdi minha casa e o pouco que eu tinha ainda me roubam*”. Neste caso, havia desaparecido uma botija de gás. Diante do sofrimento, o gestor consegue uma botija para o alívio de seu pranto. Em seguida, o autor a encaminha ao CRAS que atende seu respectivo bairro. Junto à despedida, a angústia permanece por não saber onde e como estarão as pessoas por ele acompanhadas em outrora – paciência. Cada um precisa seguir o seu caminho.

### 3.5 A Psicologia diante de emergências e desastres: desafios e possi(ha)bilidades

Segundo o CFP (2005), o Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu artigo 1º, sobre os deveres fundamentais do psicólogo, é dever fundamental do profissional “prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal”. Seja em qual for a situação, o profissional da psicologia precisa facilitar ao outro o encontro com suas fontes interiores. Para isso, o psicólogo estadunidense Carl Rogers<sup>17</sup> foi radical afirmando que:

O saber do psicólogo de nada serve; . . . na relação de ajuda, devemos abandonar todas as técnicas e procedimentos padronizados, todas as estratégias pré-fabricadas; quem sabe o momento de encerrar o atendimento é o próprio cliente; existe uma sabedoria que emerge quando as pessoas se encontram na comunicação aberta e plena (Rogers, 1978, como citado por AmatuZZi, 2012, p. 12).

Além disso, revelam-se de precioso valor as *atitudes psicológicas* propostas por Rogers – facilitador da existência da Abordagem psicológica Centrada na Pessoa, identificadas como facilitadoras na harmonização das relações humanas, como sugestão de adoção na relação pessoa-pessoa, a fim de que dela decorra bom êxito, são elas: *consideração positiva incondicional, compreensão empática e autenticidade*.

Aceitadora: desejo de valorizar o outro como pessoa, naquilo que ele tem de radicalmente positivo. Compreensiva: capacidade de adotar o ponto de vista do outro para ver as coisas como ele as vê e sente, abrindo-se para seus significados. Autêntica: intenção de estar presente como pessoa inteira (e não apenas como uma fachada profissional), capaz de colocar a serviço da relação essa totalidade do que se é, sem sonegar nada (AmatuZZi, 2012, p. 18-19).

A partir das atitudes facilitadoras, o autor deste artigo ao prestar atendimento às famílias resolve fazer um experimento exercendo tais atitudes com a finalidade de perceber suas aplicabilidades: em 20 de fevereiro, a família da senhora Sobral o procura, a fim de

saber se havia box especial, pois apresenta mais de 60 anos e saúde debilitada e, por isso, requer cuidados especializados. Entretanto, lhe é explicado que, infelizmente não havia box especial, pois todos estavam ocupados – percebe-se no rosto de sua filha expressões de resistência ao que estava sendo dito e, sentindo esse sentimento expresso, buscou-se ouvi-la e apoia-la naquele momento. Após alguns minutos de diálogo, a senhora Sobral aceita ser conduzida a um box comum e, nesse local, é acolhida em sua dor. A partir de atitudes de aceitação, compreensão e honestidade, o autor percebe o resultado na utilização dessas atitudes: um clima de confiança, respeito e compreensão.

Em 02 de março, o autor entrega convites à senhora Sobral e seu esposo para participarem de atividades voltadas à Pessoa Idosa realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Baixada da Sobral – local onde o autor atua. Na entrega dos convites, sua filha ao observar que o autor é psicólogo, afirma: *“Ah, agora tá [sic] explicado o motivo ‘dele’ ser tão compreensivo”*. E sua mãe complementa: *“Por isso que ele foi mais aberto e teve um jeito bem sensível (...). Aquela outra moça foi tão arrogante que eu me fechei. Rapaz, com você eu me senti mais à vontade, não sei por que”*. A senhora Sobral continua em acompanhamento pelo CRAS.

Assim, nota-se que não somente o psicólogo pode e deve ter uma postura sensível, agradável e humana<sup>18</sup>, mas toda pessoa interessada a compreender o outro como semelhante (em necessidades) e, ao mesmo instante, diferente (em subjetividade) e facilitá-lo em sua expressão de sentimentos. Ao iniciar atendimento psicológico, o indivíduo se encontra fechado à sua própria experiência. Porém, se o psicólogo consegue criar um clima calorosamente humano, receptivo, o outro aprende a confiar mais na sua experiência; sente-se aceito e compreendido, tendo atitudes menos rígidas e mais fluidas e, torna-se mais congruente, aceitador e empático, pois os experimentou nas atitudes do psicólogo, que lhe envolveu como modelo (Gusmão, 1999).

Quando se debruça em direção ao que sofre, no sentido de ajudá-lo, há uma disposição de prontidão psicológica às famílias em situação de abrigo; há um encontro afetivo de relação de ajuda por meio do toque humano, pois as pessoas buscam o psicólogo para sentir emoções e não unicamente para ter consciência e, por isso, precisa-se encontrar aquilo que as toca.



A minha arte é ‘tocar’ as pessoas. ‘Tocar’ pela palavra, gesto, afeto, expressão, olhar, movimento, etc., nos seus pontos sensíveis, adormecidos, cristalizados, encantados. Eu consigo ‘tocar’ quando fui ou estou sendo ‘tocado’ por esta mesma pessoa (Cardella, 1994, p. 56).

Para tanto, a fim de que haja um verdadeiro encontro afetivo e a pessoa se sinta tocada, é necessário manifestar-se amorosamente (não possessiva, confiante em potencialidades<sup>19</sup> ocultas sob o desespero) em relação a ela – se o profissional é incapaz de fazê-lo, questiona-se sua capacidade de “vê-la” (Cardella, 1994). O toque (um gesto de ajuda, um aperto de mão, um abraço) evapora os limites artificiais climatizando o ambiente de humanidade; torna-se âncora em meio à tempestade de alguém que está à deriva e em desespero. Todavia, o desejo por distância deve ser respeitado (Yalom, 2006). Por outro lado, é imprescindível inclinar-se diante dos significados que a pessoa estabelece acerca de seus fenômenos, de sua existência, pois quem faz a experiência encontra-se mais habilitado à formulação adequada (Jaspers, 1973). Deste modo, se a existência precede à essência (Huisman, 2001), logo a consciência e o sentir precedem à essência e implicam em existência. De maneira que, o que importa é o que faz sentido para a pessoa a ser compreendida, o que está consciente - não operando no vazio.

### **3.6. Da comodidade à comunidade em calamidade: inquietação e mergulhos reflexivos sob o prisma da Psicologia na Comunidade**

Segundo Andery (2012), a Psicologia na Comunidade é uma expressão nova, sendo utilizada para referenciar a instrumentalização de conhecimentos psicológicos com a finalidade de favorecer na melhoria de qualidade de vida das pessoas e grupos da grande cidade. Esse nome foi utilizado pela primeira vez na Inglaterra (1978) e nos Estados Unidos (1976). Na Inglaterra, o livro “Psicologia da Comunidade”, que versa de 1978, define essa forma de psicologia como uma “tentativa para tornar mais efetivos os campos da Psicologia aplicada no fornecimento de seus serviços, e mais receptivos às necessidades e carências das comunidades por eles servidas” (Bender, 1978, p. 18). A inserção da Psicologia na Comunidade busca levar os benefícios da ciência através de uma psicologia mais próxima das pessoas e que procura renovar-se em seus conteúdos, tendo em vista a mutabilidade do homem. Assim, a atuação psicológica no contexto das famílias a/(o)brigadas no Parque de Exposições busca, de algum modo, prontificar-se a aproximar-se das pessoas em situação de

desastre e aflição, a fim de compreendê-las e auxiliá-las na elaboração ou vivência da situação traumática.

Diante disso, os temas principais que marcam o pensamento atual dos que trabalham nessa área da psicologia, podendo ser utilizada no abrigo, são: os fatores sócio-ambientais são importantes na influência e modificação de comportamentos; as intervenções sócio-comunitárias podem ser eficientes tanto para tornar as situações mais saudáveis quanto para reduzir o sofrimento individual; as intervenções devem visar mais a prevenção do que tratamento ou reabilitação de desordens emocionais. A função do psicólogo é aliviar o desnecessário sofrimento psíquico e, para tanto, as pessoas não devem ter que entrar em colapso antes de receber assistência (Bender, 1978); as intervenções devem ter como objetivo a melhoria da competência social (atitude e capacidade de participação social), mais do que a simples redução do sofrimento psicológico; a ajuda é mais eficaz quando obtida na proximidade dos ambientes em que os problemas acontecem. Assim, os psicólogos na comunidade devem ir ao encontro dos clientes – “pés na estrada”, antes que ficar passivamente à espera. A ajuda deve ser acessível, flexível e calorosa àqueles que dela necessitam e não só aos que a procuram; o profissional pode realizar mais consultoria (diagnóstico e possíveis soluções) do que atendimento direto; a interdisciplinaridade e a participação de pessoas da comunidade são essenciais na prática do psicólogo e; deve-se preocupar com o crescimento das práticas educativas e de conscientização e libertação e, não realizar ativismo político-partidário (Andery, 2012).

O psicólogo não deve ser uma extensão policial que utiliza as armas das técnicas psicológicas para controlar os comportamentos desviantes (Andery, 2012); deve priorizar atitudes psicológicas que almejem compreender e não repreender – sendo profissional de referência e não de inferência. Neste caso, se há imposição de deveres, no sentido de extensão policial como função repressora, esta, por sua vez, não seria função de profissionais da assistência social (ex.: “A senhora é mãe! Tem que cuidar de seu filho!”). Tal atitude repressora seria uma forma de aviltar a psicologia e toda a sua história. Polícia é polícia; servidor da assistência social é servidor da assistência social. Alerta-se: a imposição de deveres, sem abertura à compreensão, também é uma forma de violência.

O respeito aos interesses, valores, forças e opções dessa população é um imperativo de um trabalho em Psicologia na Comunidade. Caminhar com a população e não se sobrepor impositivamente a ela ou dominá-la politicamente é uma das exigências para uma correta atuação (Andery, 2012, p. 214).

## 4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1. Situação atual: observações e contribuições

Ouvir para compreender e não para responder seria uma atitude inicial para efetivar uma relação de ajuda. En(a)tender o homem como o melhor intérprete de suas emoções, haja vista tudo significar algo para ele que o experiencia torna-se uma fonte inesgotável de compreensão e ajuda. Deste modo, tem-se um único *a priori* em relação ao homem: a prioridade da confiança nas suas forças naturais, evidenciando o homem não como um “pobre coitado”, mas com poder de mudança. Se não se confia na pessoa, não se pode ajudá-la, uma vez que poderá prejudicá-la ao impor aquilo que é seu, bom para si, porém, não tendo sentido para ela. É preciso resgatar o que é dela.

Outras habilidades importantes e inerentes à prática do psicólogo e outros profissionais durante à estadia no abrigo seriam: conhecer a comunidade – se não se sabe onde está, não saberá para onde ir; respeitar as escolhas das pessoas; ser inquieto; ir onde o povo está; ter poder de articulação; ter boa comunicação; perceber que nem sempre o óbvio é aquilo que de fato é; sempre ouvir o máximo de versões possíveis em relação a determinado fenômeno; nunca afirmar algo. Psicólogo expõe os fatos encontrados e lança mão de impressões científicas; ser curioso, não no sentido de bisbilhotagem, mas no sentido de compreensão; buscar compreender a intenção por trás do fenômeno encontrado no discurso das pessoas – olhando para além do discurso e; atentar-se na linguagem verbal e, principalmente não verbal (informação verbal)<sup>20</sup>.

O profissional, ao lidar com o ser humano, precisa despir-se de seus olhares condenatórios, atravessando a superficialidade do aparente, indo ao encontro do desconhecido e enterrado muito abaixo da superfície da pessoa, sendo agradável atuar de modo autoafirmativo com flexibilidade e firmeza, não sendo confundidas com permissividade e agressividade. Expressar suas opiniões, sentimentos, pensamentos e a defesa de seus direitos de forma honesta, elegante e adequada à situação respeitando os direitos e o bem-estar do outro sem, contudo, desconsiderar os seus é praticar o comportamento assertivo (Cordeiro, Holanda, Sales, Vasconcelos & Yano, 2010). Para ser assertivo, é preciso de cuidado, de afinação. Assim, percebe-se que há necessidade de maior valorização profissional (cuidado) no campo da assistência social.

Em relação à formação profissional dos psicólogos, é possível que a vida acadêmica não seja suficiente na preparação para a atuação na PNAS ou nas situações de emergência e, por isso, percebe-se a perplexidade do profissional diante deste campo de atuação em construção. Ademais, a própria PNAS torna-se arcaica no sentido de não atualizar-se em suas orientações técnicas que versam em sua maioria, da década passada e que apenas são reimpressas de modo descontextualizado da Amazônia (população ribeirinha, indígena e colonos), o que implica em ajustamentos dos seus respectivos profissionais às adaptações de orientações aliadas à intuição.

Posteriormente, questiona-se: *qual a intenção das pessoas por trás de atitudes? Qual meu papel diante desta política? Como devo me portar? Onde estou? Para onde devo ir? Como posso contribuir para a melhor qualidade de vida das pessoas? Como devo traduzir a teoria sem enrijecê-la diante de cada Pessoa? Quais bases teóricas devo utilizar? Como lidar com a frustração? Como conquistar a confiança das pessoas? Quais minhas dificuldades? Estou dando o melhor de mim?* Questione a si mesmo. Questionamentos movem o mundo e eliciam buscas por posicionamentos, desconstroem e reconstroem novos parâmetros que, por conseguinte poderão ser questionados e reformulados. E quanto à política de cunho partidário e não público, o Brasil provavelmente só mudará quando os poucos pensarem em todos e ausentarem-se de seu universo ensimesmado. Acredita-se que não exista nada mais empático do que tentar enxergar uma situação a partir dos olhos de quem a vivencia, de modo que esse posicionamento faz toda a diferença.

Interessante apontar o encontro entre as siglas do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS) e iniciais do nome do autor, Mychael Douglas Souza de Almeida (MDS). Assim como o encontro de siglas, ocorreu encontro de vidas; encontro de vidas de pessoas em olhares perdidos no desalento da enchente psicológica que levaram o autor a emoções; emoções que foram tradução daquilo que o coração não pode ser expresso por meio racional do uso das palavras e, que agora em tentativa são traduzidas neste relato.

## 5. CONCLUSÕES

Se quanto mais intensa a emoção mais duradoura for a recordação, este artigo representa uma memória viva e intensa que talvez não será esquecida; ecoará nos pensamentos do autor e de quem o ler. A experiência aqui contada representa um mergulho

para tomada de fôlego diante do posicionamento profissional-pessoa em situações aflitivas que requerem respostas imediatas. Ao mesmo tempo, parece que o autor possui em suas entranhas uma paixão utópica; um visionário que busca ir além do que está posto, ao encontro de transcender o aparente e superficial: um mergulho intenso das profundezas à altivez da experiência humana que atravessa o seu trilhar. Não existe nada mais intenso e verdadeiro do que ser atravessado pela experiência que se alinha e supera a teoria estática.

Espera-se que a partir desse relato, outros profissionais sejam encorajados a compartilhar suas experiências profissionais, enriquecendo o campo científico em sua produção teórico-prática alinhada à contextualização regional.

## 6. BIBLIOGRAFIA

A Gazeta. (2015). *Desalojados pelo rio Acre querem voltar para casa após maior tragédia natural*. Disponível em: <http://agazetadoacre.com/noticias/desalojados-pelo-rio-acre-querem-voltar-para-casa-apos-maior-tragedia-natural/>. Acesso em 25 de nov. de 2015.

Amatuzzi, M. M. (2012). *Rogers: ética humanista e psicoterapia*. (2ª edição). Campinas: Alínea.

American Psychological Association. (2010). *Dicionário de Psicologia da APA*. Porto Alegre: Artmed.

Andery, A. A. (2012). *Psicologia na comunidade*. In Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 14ª edição. São Paulo: Brasiliense.

Angerami, V. A. (2014). *Paradoxo, angústia e psicoterapia*. In Angerami, V. A. (Org.). *Angústia e psicoterapia: uma visão multiteórica*. 2ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bender, M. P. (1978). *Psicologia da comunidade*. Tradução da primeira edição inglesa. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Brasil. (2008). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94*. Brasília: Senado Federal.

Brodley, B. T. (1998). *O conceito de tendência actualizante na teoria centrada no cliente*. Tradução de Eurídice Ferreira. *A Pessoa como Centro – Revista de Estudos rogerianos*, 2, p. 37- 49.

Calegari, C. L. (2014). *A angústia na prática clínica da Gestalt-terapia*. In Angerami, V. A. (Org.). *Angústia e psicoterapia: uma visão multiteórica*. 2ª edição revista e ampliada. São

Paulo: Casa do Psicólogo.

Cardel, L. M. (2015). Canudos: a “essência” do sertão baiano. *Revista Extraprensa*, 8 (16), p. 36-45.

Cardella, B. H. P. (1994). *O amor na relação terapêutica: uma visão gestáltica*. 4ª edição. São Paulo: Summus.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia. (2008). Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. *Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília, DF.

Cordeiro, A. de C; Holanda, J. S. de.; Sales, S. L.; Vasconcelos, S. M. P. & Yano, L. P. (2010). Habilidades sociais: teoria e possibilidades práticas no contexto educacional. In Yano, L. P. & Oliveira, A. J. F. de. (Orgs.). *Psicologia social e educacional: temas, possibilidades e desafios no Estado do Acre*. Rio Branco: Sônia.

Cotrim, G. (1987). *Fundamentos da filosofia para uma geração consciente: elementos da história do pensamento ocidental*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva.

Cunha, E. da. (1905). *Os Sertões: campanha de Canudos*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Laemmert.

*Decreto-Lei nº 7.257, de 04 de agosto de 2010*. (2010). Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

Duarte, A. F. (2011). As chuvas e as vazões na bacia hidrográfica do rio Acre, Amazônia Ocidental: caracterização e implicações socioeconômicas e ambientais. *Amazônia: Ci. & Desenv.*, 6 (12), p. 161-183.

Duarte, A. F. (2007). *Medições de vazão e pluviometria na bacia do rio Acre: amostragem e análise físico-química da água*. Disponível em: [http://acrebioclima.pro.br/Consideracoes\\_sobre\\_a\\_bacia\\_do\\_rio\\_Acre\\_Versao\\_2%20\(10ov7\).pdf](http://acrebioclima.pro.br/Consideracoes_sobre_a_bacia_do_rio_Acre_Versao_2%20(10ov7).pdf). Acesso em 21 de nov. de 2015.

Ferreira, A. B. de H. (2001). *Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Filho, J. H. de S. & Moreira, J. (2003). *Sistema FIEAC – 1972-2002: trinta anos transformando um sonho em realidade*. Rio Branco: FIEAC.

Gusmão, S. M. L. de. (1999). *Ousando ser feliz: temas de psicologia humanista*. João Pessoa: Universitária/UFPB.

Huisman, D. (2001). *História do existencialismo*. Bauru: EDUSC.

Janczura, R. (2012). Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, 2 (02), p. 301-308.

Jaspers, K. (1973). *Psicopatologia Geral Vol. I*. Tradução da quarta edição alemã. São Paulo: Atheneu.

*Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993*. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

Ministério da Integração Nacional. (2015). *Apresentação*. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/sedec/apresentacao>. Acesso em 25 de nov. de 2015.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Norma Operacional Básica do SUAS*. Brasília, DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2007). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS*. Brasília, DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social*. Brasília, DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. (2012a). *Orientações técnicas sobre o PAIF. Vol 1*. Brasília, DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. (2012b). *Orientações técnicas sobre o PAIF. Vol 2*. Brasília, DF.

Ministério Público Estadual. (2009). *Caracterização socioambiental das bacias hidrográficas do Estado do Acre*. Disponível em: <http://www.mp.ac.gov.br/wp-content/files/APRESENTACAO.pdf>. Acesso em 21 de nov. de 2015.

Nogueira, J. C. de A. (1997). *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 3ª edição. São Paulo: Atlas.

Pinto, M. A. da S. (2010). Abordagem centrada na pessoa e seus princípios. In Carrenho, E., Tassinari, M., & Pinto, M. A. S. *Praticando a abordagem centrada na pessoa: dúvidas e perguntas mais frequentes*. São Paulo: Carrenho.

Rogers, C. R. & Kinget, G. M. (1975). *Psicoterapia & relações humanas Vol I*. Belo Horizonte: Interlivros.

Salmazo-Silva, H., et. al. (2012). Vulnerabilidade na velhice: definição e intervenções no campo da Gerontologia. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15 (6), p. 97-116.

Santana, J. C. B. de. (2000). Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 6, 901-917.

Senado Federal. (2015). *Texto integral de pronunciamento de Jorge Viana em 05/03/2015*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/p/texto/411169>. Acesso em 25 de nov. de 2015.

Sorrentino, M. & Santos, M. J. S. (Orgs.). (2001). *Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria: Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre*. Brasília: WWF-Brasil.

Souza, C. A. A. de. (2005). *História do Acre: novos temas, uma nova abordagem*. Rio Branco: Carlos Alberto Alves de Souza.

Yalom, I. D. (2006). *Os desafios da terapia: reflexões para pacientes e terapeutas*. Rio de Janeiro: Ediouro.

---

<sup>1</sup> Psicólogo pela União Educacional do Norte - UNINORTE, Especialista em Família: representações sociais e práticas profissionais pela Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO. Psicólogo da Prefeitura de Rio Branco e Docente da FAAO. Membro da Comissão Estadual de Psicologia na Assistência Social/Conselho Regional de Psicologia (COEPAS/CRP-20, AC).

<sup>2</sup> Quantidade de água acima do comum, que cobre áreas habitualmente secas; inundação, cheia (Ferreira, 2001, p. 262).

<sup>3</sup> Até então, a maior cheia de que se teve notícia foi a de 1997, quando o rio Acre alcançou 17m66cm. Não há registro, não há possibilidade de ter ocorrido uma cheia ao longo dos 132 anos de Rio Branco na proporção que se vivenciou em 2015, alcançando a quota de 18m40cm. (Senado Federal, 2015).

<sup>4</sup> A palavra **compreensão** tem sua origem etimológica no latim *comprehensio*, que significa ação de aprender conjuntamente (Cotrim, 1987, p. 49). Num sentido mais esclarecedor, define-se em uma apreensão conjunta e interna de cada parte integrante de um todo (Pessoa) e o conjunto/contexto no qual esse todo se integra. Na compreensão empática, essa apreensão conjuntiva e interna decorre de um atravessar fenomênico das falas verbal e não verbal para ir ao encontro dos sentimentos expressos pela pessoa e, percebido e co-sentido pelo psicólogo como reflexo claro (experiência) de sua situação (vivência). Assim, a compreensão humanística se resumiria em ir além do aparentemente observável, o que pode ser traduzida pelas palavras de Bertold Brecht: “você chama de violentas as águas de um rio que tudo arrastam, mas não chama de violentas as margens que as oprimem”.

<sup>5</sup> Diz-se espontânea entre aspas, pois o simples fato de a pessoa buscar ajuda revela que algo a forçou (mesmo que interna ou externamente) a procurar auxílio, haja vista que ninguém procura ajuda sem apresentar um motivo.

<sup>6</sup> Ações governamentais (de esferas municipal, estadual e federal) que viabilizam o acesso de cidadãos à saúde, segurança, habitação, educação, lazer, etc. Pessoas que possuem o acesso precário às políticas públicas são tidas como em vulnerabilidade social. O papel do psicólogo, neste caso, é o de facilitar o livre acesso às suas ações, defendendo-as como direitos e não privilégios, buscando efetivar políticas públicas ao invés de estimular ações de cunho político-partidário.

<sup>7</sup> O termo vulnerabilidade deriva-se do latim *vulnerable* = ferir e *vulnerabilis* = que causa lesão (Salmazo-Silva et al., 2012, p. 98). Poder-se-ia dizer que estar vulnerável, talvez fosse estar em sofrimento; quanto mais se sofre, mais risco se corre. Enquanto que a vulnerabilidade refere-se ao ponto pelo qual alguém ou algo pode ser atacado (Ferreira, 2001, p. 718), a situação de risco seria perigo ou possibilidade de perigo (Ferreira, 2001, p. 610). Vulnerabilidade é multifatorial, não sendo sinônimo de risco, porém co-existentes. Ademais, o comportamento do sujeito perante situações adversas depende de sua vulnerabilidade (Reppold et al, 2002, citado por Janczura, 2012); à essa interação entre perigo e vulnerabilidade, se faria presente o risco. Ex.: Diante da mudança climática (perigo) e as condições de resposta frágeis do organismo humano (vulnerabilidade) haveria maior probabilidade de contrair uma gripe (risco). Estar vulnerável implica perigo de desorganização psíquica a que este





estado é suscetível de conduzir. Quando o indivíduo se encontra num estado de desacordo sem se dar conta disto, é potencialmente vulnerável à angústia, à ameaça, e à desorganização (Rogers & Kinget, 1975, p.169).

<sup>8</sup> Unidade de parentesco que consiste de um grupo de indivíduos unidos por sangue ou por laços conjugais, adotivos ou outros laços íntimos. Embora a família tenha sido a unidade social fundamental da maioria das sociedades humanas, sua forma e estrutura variam amplamente. (Dicionário de Psicologia da APA, 2010, p. 409). No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 226, coloca a família como base da sociedade, tendo especial proteção do Estado (Brasil, 2008). Por reconhecer as fortes expressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida – matricialidade sociofamiliar (Brasil, 2004, p. 35).

<sup>9</sup> Fala proferida pela Prof<sup>a</sup>. Roberta Romagnoli no bate-papo online promovido pelo CFP/Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social com o título “a conceitualização de vulnerabilidade e riscos sociais na Política de Assistência Social e sua relação com a Psicologia”, em Brasília, em julho de 2015, disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=TIWo0QFSt\\_Q](https://www.youtube.com/watch?v=TIWo0QFSt_Q).

<sup>10</sup> Guerra ocorrida no período de 21 de novembro de 1896 a 05 de outubro de 1897, no arraial de Belo Monte no Sertão da Bahia que antes fora uma fazenda abandonada nominada Canudos devido ao terreno acidentado em forma de canudos (Nogueira, 1997). Estendeu-se em 4 expedições militares: 1ª Expedição com 119 homens; 2ª Expedição com 600 homens; 3ª Expedição com 1.500 homens; e a 4ª Expedição com 12.000 homens mobilizados pelo Exército Brasileiro, oriundos de 17 estados. Calcula-se que morreram mais de 25 mil pessoas e, após o massacre, a destruição total da cidade e suas 5.200 casas cuidadosamente contadas (Cunha, 1905). Se de um lado havia o universo sertanejo do Brasil formado por pessoas desvalidas, desamparadas, despossuídas, descuidadas, ignorantes e ignoradas com sede de justiça e que, por isso, seguiam os ensinamentos justiceros do velho guerreiro Antônio Vicente Mendes Maciel, Antônio Conselheiro – O Peregrino dos Sertões; de outro, havia um governo (ou desgoverno?) que, para exercer seu poder político-partidário e, assim fortalece-lo, demonstrando ser um governo ignorante e egoísta, utiliza de politicalha e abuso de poder que resistem impregnadas no Brasil até os dias atuais. A incompreensão e o preconceito das hostes brasileiras foram muito mais nocivos do que o fanatismo religioso dos conselheiristas de Canudos.

<sup>11</sup> Desde o início do século XIX, o Acre era povoado por maioria brasileira. Essa população tinha origem nos estados nordestinos, em especial no Ceará, movida pela vasta oferta de trabalho na Amazônia e, mais tarde, em 1877, movida pela grande seca no Nordeste. Dedicava-se a um trabalho árduo: doze, quinze horas seguidas, em imensos seringais onde imperava o regime de semiescravidão. Essa gente humilde estava desenvolvendo o embrião de um território brasileiro independente (Filho & Moreira, 2003; Souza, 2005).

<sup>12</sup> O trisavô paterno do autor deste artigo foi um sobrevivente da Guerra de Canudos. Segundo seu avô, Pedro Fernandes (ex-soldado do exército), o seu avô, quando criança, foi questionado se queria a liberdade e, ele respondendo que sim, foi lançado ao rio às margens de Canudos por um soldado. Caso soubesse nadar, estaria liberto. Para a sua salvação sabia nadar. Em 1915, ele e seu filho chegam ao Acre dando continuidade à sua linhagem.

<sup>13</sup> Documentário de autoria do Cineasta Antônio Olavo, de 1993, que lembra o centenário da fundação de Belo Monte, quando Antônio Conselheiro cessa suas peregrinações. Link do documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=D4JutHnMj7w>.

<sup>14</sup> A cidade de Rio Branco, em 1912, consagra seu nome em homenagem ao Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco (1845 – 1912), tendo em vista sua ação diplomática entre Brasil e Bolívia (Souza, 2005). A exemplo de Rio Branco, Canudos necessitava da intervenção de um Ministro das Relações e não de um Ministro da Guerra. É interessante ainda destacar que Euclides da Cunha (1866 – 1909), escritor consagrado à literatura brasileira, após publicar sua preciosa obra “Os Sertões” – livro que ecoa o terror e o sofrimento ocorrido na grande guerra de Canudos -, em 1904, parte para Amazônia ou “Inferno Verde”, como Chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus nomeado pelo Barão do Rio Branco (Santana, 2000).

<sup>15</sup> Nome fictício adotado para a proteção da privacidade.

<sup>16</sup> Trecho extraído do documentário “Paixão e Guerra no Sertão de Canudos”, de 1993.

<sup>17</sup> Rogers teve um papel decisivo nos Estados Unidos no sentido de trazer a psicoterapia para o campo de trabalho do psicólogo. Ele lutou por isso e a causa foi ganha: a psicoterapia deixou de ser exclusivamente dos médicos. Antes, ao psicólogo só era permitido aplicar testes e fazer aconselhamento. Fazia-se uma diferença muito nítida entre psicoterapia (que era mais profunda e radical) e aconselhamento (que era uma prática mais superficial) (Amatuzzi, 2012, p. 61).

<sup>18</sup> Se para Euclides da Cunha, o sertanejo é antes de tudo um forte; para o autor, o psicólogo antes de tudo é uma pessoa.

<sup>19</sup> Potencialidades são capacidades que não estão totalmente desenvolvidas. Dentro de cada indivíduo, há sempre uma multidão de potencialidades. As potencialidades organizam-se de vários modos, dentro do indivíduo, dependendo das condições. (Brodley, 1998, p. 41). Assim, a pessoa tem a capacidade para desenvolver capacidades. Confiar no poder da pessoa é favorecê-la a movimentar-se em um processo que pode revolucionar a família, a escola, a organização, a instituição, o Estado (Rogers, 1983, como citado por Gusmão, 1999).

<sup>20</sup> Fala proferida pelos professores Iana Sara Silva de Alencar e Mychael Douglas Souza de Almeida em minicurso realizado na IV Semana Acadêmica da Faculdade da Amazônia Ocidental, com o título “o a(en)tendimento psicológico no CRAS: possi(ha)bilidades e desafios”, em Rio Branco - Acre, em 25 de agosto de 2015.